

Vicente Pérez Moreda

(coord.)

**EXPOSTOS E ILEGÍTIMOS
NA REALIDADE IBÉRICA
DO SÉCULO XVI AO PRESENTE**

**Actas do III Congresso da ADEH
(Associação Ibérica de Demografia Histórica)**

Vol. 3

182111

Biblioteca das Ciências do Homem

Edições Afrontamento



ABANDONO DE CRIANÇAS, ILEGITIMIDADE E CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS EM PORTUGAL

ESTUDOS RECENTES E PERSPECTIVAS

ISABEL DOS GUIMARÃES SÁ

A – TRABALHOS RECENTES

Daquilo que se tem escrito em Portugal sobre abandono e ilegitimidade avulta, antes de mais, uma carência de objectivos delineados da investigação a desenvolver. Grande parte dos trabalhos existentes peca por não apresentar dados que os permitam comparar entre si. Esta desconexão tem a ver não apenas com o facto de muitos deles contarem já várias décadas como também com a circunstância de terem sido elaborados à margem das correntes actuais da investigação histórica no campo, manifestando total ou parcial desconhecimento das principais problemáticas subjacentes ao estudo do abandono de crianças e da ilegitimidade. Desta forma, muitos autores focaram de forma embrionária, sem uma definição prévia dos problemas a tratar, muitos dos problemas levantados pelo estudo da criança no Antigo Regime. Por outro lado, muitos dos trabalhos referidos na bibliografia são parcelares, publicados em revistas de fraca difusão, sem pretensões de apresentar informação sistemática nem uma compreensão global dos problemas.

A falta de actualização desses trabalhos tem sido parcialmente colmatada nos trabalhos mais recentes, efectuados a partir de meados da década de oitenta. O processo de elaboração de monografias teve então o seu início, ocasionado pela vaga de dissertações académicas apresentadas em universidades portuguesas e estrangeiras. Esses trabalhos apresentaram dados quantificados sobre o abandono (volume

de entradas anual, relações de masculinidade, sazonalidade, etc) para várias zonas do país como Santarém, Montemor-o-Novo, Setúbal, Algarve (Loulé), Porto, Braga, Guimarães, etc... Por outro lado, o quadro institucional do abandono é agora bem conhecido, graças aos trabalhos sobre contexto jurídico e político da infância em Portugal (Reis, 1988; Sá, 1992a e 1992b; Cortes, 1991) e ao apuramento dos enquadramentos institucionais em que se verificava o abandono. Entre estes últimos, ressalta a tese de mestrado de Laurinda Abreu, que integrou os expostos no contexto da actuação da Misericórdia local em matéria de assistência aos pobres, bem como a participação da instituição nas redes de poder local (Abreu, 1990). A salientar também os trabalhos dos últimos anos em demografia histórica, em que os expostos não são automaticamente assimilados aos ilegítimos nas tabelas (Alves, 1986; Pereira, 1986; Amorim, 1987; Araújo, 1992; Miranda, 1992).

No que toca ao estudo da illegitimidade em Portugal, os progressos são bem menos evidentes. A relutância em se efectuarem estudos de reconstituição de famílias está na origem de um número reduzido de obras disponíveis. Por outro lado, a densidade regional desses estudos é muito desigual, pelo que não se encontram trabalhos para diversas zonas do país (Alentejo, Algarve, Estremadura, entre outras). Por outro lado, os Açores e o Baixo Minho apresentam não só um número elevado de estudos como constituem aqueles que apresentam um período de observação mais completo (Amorim, 1987 e 1992; Araújo, 1992; Miranda, 1992), abarcando cerca de quatrocentos anos de análise, desde meados do século XVI até à segunda metade do século XX.

B – RESULTADOS MAIS RELEVANTES

Relativamente ao *abandono de crianças*, o estado actual da investigação em Portugal pode ser resumido, ainda que esquemáticamente, em vários pontos:

1) A assistência aos expostos por intermédio de instituições especializadas ou não especializadas existe em Portugal desde a Idade Média, à semelhança do que acontece em toda a Europa Meridional. Em Lisboa e Santarém funcionaram hospitais exclusivamente destinados a crianças abandonadas ao longo do século XIV (Alvim, 1984; Reis, 1988).

2) A partir do século XVI, oficializa-se a competência das autoridades locais em matéria de assistência aos expostos, sendo a criação destes financiada pelas câmaras municipais (concelhos), conforme o estipulado nas Ordenações Manuelinas;

3) No século XVI, e principalmente no século XVII, algumas câmaras municipais passam a assistência aos expostos para as Misericórdias locais, continuando no entanto a subvencioná-la (Sá, 1987: 46). Esse acordo é geralmente firmado por con-

trato (casos de Lisboa, Porto e Coimbra); noutros casos, existe um hospital cujas rendas são aplicadas na criação de expostos (casos de Évora e Santarém). Essa colaboração entre as Misericórdias e as câmaras municipais encontra-se também documentada para várias cidades do Brasil, Luanda, Goa e Macau (Sá, 1992a: 105-107), o que demonstra que o sistema foi exportado para as colónias.

4) As câmaras que não delegam a responsabilidade da criação de engeitados à Misericórdia são aquelas respeitantes a vilas de importância secundária, onde o quantitativo de expostos é baixo. Podemos apontar como exemplos o da Meda, Guimarães, Barcelos e Braga (Lopes, 1984; Cunha, 1987; Neiva, 1985; Sá, 1990). No entanto, em casos excepcionais, a Misericórdia ocupa-se de expostos mesmo em núcleos urbanos de importância secundária¹. Entre estes últimos podemos citar os casos de Setúbal (Abreu, 1990: 77) e Montemor-o-Novo².

5) A monarquia procurou criar incentivos à criação de expostos, concedendo privilégios às amas de leite e suas famílias (Sá, 1992b: 81)

6) O século XVIII assiste a uma reorganização da assistência aos expostos em todo o território nacional e ultramarino através do esforço de criação de uma rede de casas de expostos, principal objectivo do decreto de Pina Manique de 1783. O texto da lei encontra-se em consonância com a política social do despotismo esclarecido do resto da Europa, perfilhando as doutrinas populacionistas vigentes;

7) Apesar da rede de casas de expostos, de resto insuficiente por falta de cumprimento da lei de Pina Manique, o afluxo de crianças aos «grandes» hospitais dos centros urbanos continuou a registar-se em todo o território (Sá, 1992a: 103);

8) O anonimato é a regra do abandono de crianças em Portugal, propiciado pela instalação de rodas (cilindros giratórios com uma só abertura) em todo o reino;

9) Os quantitativos do abandono em Portugal tem-se revelado muito altos, mesmo quando comparados com os de outros estados da Europa Meridional (ver anexo 1)³;

10) Existe uma relação entre níveis elevados de abandono e illegitimidade, que regista também percentagens elevadas em grande parte do território (ver anexo 2); no entanto, o anonimato do abandono impede a determinação da filiação dos expostos.

11) Verifica-se também que a descida das percentagens de ilegítimos é muitas vezes acompanhada de uma subida da percentagem de expostos, pelo menos em algumas paróquias minhotas (Araújo, 1992: 135; Amorim, 1987: 240).

1 Considerei as cidades de Lisboa, Porto, Évora e Coimbra como os núcleos urbanos principais.

2 Nesta vila a Misericórdia ocupou-se dos expostos entre 1513 e 1567, tendo posteriormente essa incumbência passado para os religiosos hospitalários de S. João de Deus (Morais, 1987: 47).

3 Vejam-se os gráficos elaborados por Volker Hunecke para as cidades europeias ('Intensità e fluttuazioni degli abbandoni dal XV al XIX secolo', *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle. Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 1991).

12) À excepção de várias iniciativas pontuais dos concelhos no sentido de controlar as gravidezes ilegítimas no seu território ainda no século XVIII, as declarações de gravidez não surgem de modo relevante antes de meados do século XIX (Alvim, 1988; Cortes, 1991). Por outro lado, as indagações de paternidade são desencorajadas a partir do século XVI, a julgar pela regulamentação dos registos paroquiais de baptismo nas constituições sinodais pós-tridentinas, que proíbem de modo unânime o registo do nome do pai contra a vontade deste e mesmo o da mãe, caso a posição social desta o justifique ⁴.

13) O fim do sistema institucionalizado de abandono tem lugar a partir da segunda metade do século XIX, tendo sido substituído por um sistema de financiamento público da maternidade (as lactações). No entanto, existem vários casos em que o abandono institucionalizado de crianças se verifica até ao século XX, como o de Loulé no Algarve (Cortes, 1991: 125).

Passemos aos resultados das investigações recentes ⁵ em matéria de *ilegitimidade e concepções pré-nupciais*.

Avulta em primeiro lugar a grande diversidade regional das percentagens de baptismos de ilegítimos nos totais de baptizados (ver anexo 2). Essa variedade prende-se em primeiro lugar com o tipo de paróquias estudado. Nas cidades do Porto (freguesia de Cedofeita) e de Lisboa (freguesia das Mercês), bem como no conjunto de paróquias que respeitam à vila de Guimarães ⁶, os níveis de ilegitimidade são muito altos. Entre as zonas rurais, ressaltam como particularmente elevadas as percentagens registadas para o Pico de Regalados e Alvito no Baixo Minho e as paróquias do Alto Minho (Paço, Couto e Lanheses). Os Açores (sul do Pico) e Trás os Montes apresentam valores médios no quadro nacional, tirando o caso quase aberrante de Mosteiro, em que a ilegitimidade no século XIX ronda os 40%. Os valores mais baixos registam-se na zona centro, em que a paróquia da Sé de Coimbra, de tipo evidentemente urbano, regista apenas 2 a 4% de ilegítimos no século XIX

⁴ Para não sobrecarregar demasiado o aparato bibliográfico, refiro apenas que consultei as constituições sinodais do Porto, Braga, Guarda, Viseu, Coimbra, Lisboa e Évora.

⁵ Por dificuldades de tempo e de acesso, este estudo não inclui teses de licenciatura da década de 70 das universidades do Porto e Coimbra. No entanto, encontram-se referidas na bibliografia final. Resalva-se ainda a hipótese de a busca relativa às teses mais recentes que efectuei no computador da Biblioteca Nacional não ter sido tão completa como desejaria. Entre os estudos referidos no texto, ressaltam algumas diferenças de critério na elaboração de resultados, nem sempre fáceis de detectar (i.e. expostos incluídos entre os ilegítimos). Os quadros apresentados devem ser utilizados como meros indicadores globais uma vez que os resultados neles apresentados não são facilmente verificáveis.

⁶ Embora a autora divida o conjunto de paróquias estudadas em urbanas, rurais e mistas, considere que todas essas freguesias se relacionam com um modo de vida urbano pela sua proximidade em relação à vila de Guimarães.

(Roque, 1988: 41). No Ribatejo (Coruche) os valores voltam a ser relativamente contidos, cifrando-se em redor dos 6% (Santos, Ana, 1987).

No norte de Portugal, a zona para a qual dispomos de melhores informações manifesta-se uma nítida tendência para o concubinato em meio urbano, principalmente entre as camadas populares, como é o caso do Porto do século XIX, sendo corrente a coabitação dos noivos antes do casamento (Pereira, 1986: 62). Nas zonas rurais, quer do Douro Litoral (Bougado) quer do Minho, a condição de mãe solteira parece ser transitória para uma percentagem superior a um quarto das mulheres na maioria dos casos (ver quadro 1). As percentagens de mães solteiras com mais de um filho ilegítimo rondam os 20%, com excepção de Cardanha, pelo que em todas as paróquias para as quais temos informação deste tipo poderia eventualmente existir um sub-grupo de mulheres com propensão para a bastardia ⁷. Em Lanheses, cerca de 50% dos ilegítimos são filhos de mães solteiras com mais de um filho ilegítimo (Brettell, 1986: 227).

QUADRO 1
PERCENTAGEM DE MÃES SOLTEIRAS QUE CASAM POSTERIORMENTE
É DE MÃES DE UM SÓ FILHO ILEGÍTIMO

	Casaram	Só um filho ilegítimo	
Bougado	24.4	77.2	(Alves, 1986: 157)
Guimarães	31.7	83.1	(Amorim, 1987: 246, 249)
Rebordãos	65.0	84.0	(Amorim, 1973: 53)
Regalados	15.0	78.0	(Araújo, 1992: 141, 147)
Cardanha	39.0	61.2	(Amorim, 1980: 78-79)
Poiares	51.0	71.0	(Amorim, 1983: 390, 389)
Lanheses	-	74.3	(Brettell, 1986: 228)
Alvito	24.0	65.0	(Miranda, 1992: 129-130)

É menos clara a evolução das percentagens de ilegítimos (ver anexo 2), tendo em conta a variabilidade de zona para zona e ainda as variações ocorridas em paróquias que fazem parte da mesma região. Como exemplo clássico, o das freguesias de Paço e Couto (Pina-Cabral, 1984). Em algumas freguesias, uma descida dos valores no século XVIII parece dever-se à aplicação local das directivas do concílio

⁷ «Bastardy prone-sub-society» conforme a definição de Laslett, seria um sub-grupo de mulheres com mais de um filho ilegítimo tendendo a reprodução ilegítima a transmitir-se ao longo de várias gerações (Laslett, Peter, 'The bastardy prone sub-society', *Bastardy and its comparative History*, 1980). No caso português, seria interessante verificar se as mulheres com mais de um filho ilegítimo transmitem essa condição às filhas.

de Trento, que teria difundido um combate às uniões de facto (Pico de Regalados e Guimarães). Noutras paróquias o século XVIII apresenta um aumento nítido das percentagens de ilegítimos, que contrasta com níveis notoriamente mais baixos do século XVII (casos de Cardanha, Poiães e Rebordãos). As percentagens de ilegítimos continuam a subir por boa parte do século XIX em quase todas as freguesias consideradas, baixando para níveis irrisórios apenas na segunda metade do século XX.

As percentagens de intervalos proto-genésicos inferiores a oito meses registam também, à semelhança dos níveis de ilegitimidade, alguma variabilidade.

QUADRO II
CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS – PERCENTAGENS MÉDIAS

	1600-99	1700-99	1800-99	1900-80
Pico	-	10.5	9.7	7.3
Regalados	-	2.8	4.5	2.1
Cardanha	7.1	13.5	-	-
Rebordãos	4.7	4.7		
Bougado	1680-1729	1730-1779	1780-1829	
	4.6	11.6	10.7	
Guimarães	1580-1739		1740-1814	
zona urbana	8.6		11.6	
zona rural	16.1		17.5	
zona mista	12.2		13.4	
Poiães	7.9		8.6	
Alvito	1567-1739	1740-1829	1830-1939	
	7.0	16.1	28.6	

Fontes: Pico (Amorim, 1992: 158); Regalados (Araújo, 1992: 132); Cardanha, Rebordãos, Poiães e Guimarães (Amorim, 1987: 227, 229); Alvito (Miranda, 1992: 121); Bougado (Alves, 1986: 147)

A relação entre gravidez pré-nupcial e níveis de ilegitimidade é no entanto pouco clara: em Guimarães as percentagens de concepções pré-nupciais mantiveram-se elevadas sem que tal facto fosse compensado por uma redução da natalidade ilegítima (Amorim, 1987: 230).

C – PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

O facto de ter estudado o problema do abandono de crianças em Portugal a partir de um caso de estudo – a Roda do Porto ao longo do século XVIII, permitiu-me avançar com algumas propostas de análise, provavelmente verificáveis em trabalhos futuros por parte de outros historiadores. Passo em seguida a reportar-me a alguns dos pontos fundamentais desenvolvidos.

1) O abandono de crianças, legítimas ou ilegítimas, inscreve-se num conjunto de estratégias individuais ou familiares que visa servir de sistema de apoio («support system») à economia familiar. Esse sistema de apoio funciona em dois sentidos: no de subtrair crianças à responsabilidade familiar (caso do abandono) e no de propiciar um bem suplementar (caso da ama de expostos);

2) Nesse sentido, a utilização fraudulenta do sistema de abandono (mães que amamentam os próprios filhos, familiares que controlam a criação dos filhos que abandonaram) faz parte do funcionamento «normal» do sistema;

3) As vantagens do sistema de abandono não se limitam ao sector económico: fazem circular um bem (a criança), eventualmente em excesso, que se transfere para uma família deficitária a nível de número de crianças que a integram num determinado momento;

4) Em Portugal, as vantagens sociais concernentes ao facto de se evitar a penalização da ilegitimidade passam para segundo plano face aos objectivos apontados nas alíneas 2 e 3;

5) A secundarização da ilegitimidade como motivação do abandono é confirmada pela propensão das mães solteiras para criarem elas mesmas os filhos ilegítimos; por outro lado, o estudo da frequência de um colégio de S. Caetano de Braga no século XIX revelou uma elevada percentagem de filhos ilegítimos e expostos entre os seus alunos (Sá, 1990).

6) O nível de elevado de abandonos prende-se, em primeiro lugar, com o baixo nível material das populações, pelo que se verifica o abandono de filhos legítimos e ilegítimos, sendo a proporção de ilegítimos provavelmente condicionada pelos níveis de ilegitimidade verificados na região.

7) As amas contratadas para amamentar os expostos são recrutadas preferencialmente em zonas rurais, cada vez mais distantes do núcleo urbano à medida que o volume de expostos aumenta (Sá, 1992a: 311). Esse facto deve-se provavelmente à existência de um mercado concorrente de amas «privadas», residentes em casa de famílias urbanas ou paróquias rurais, em melhor posição para auferirem melhores salários. Nesse sentido, a amamentação remunerada de crianças expostas torna-se rentável apenas em zonas afastadas da cidade, de fraca monetarização e agricultura pobre, de preferência em zonas de colina.

Por outro lado, a percentagem de amas solteiras entre as amas de expostos mantém-se sempre acima dos 13% (Sá, 1992: 298), o que revela a propensão deste grupo para a amamentação de expostos, paralelamente a uma ausência de discriminação relativamente às mães solteiras por parte das autoridades institucionais.

D – PROPOSTAS PARA INVESTIGAÇÃO A DESENVOLVER

As contribuições apresentadas no Congresso da Escola Francesa de Roma em 1987, cujas actas se encontram publicadas desde 1991, revelaram a extrema diversidade de fontes a utilizar para o estudo do abandono de crianças, bem como uma vasta gama de possíveis abordagens do tema. Entre estas últimas, a abordagem da história da cultura material (roupas e objectos das crianças), a da antropologia (valores simbólicos expressos no conteúdo dos bilhetes, roupas e objectos); a da história das instituições de assistência; a perspectiva jurídica, entre outras. Limitar-me-ei a apresentar hipóteses de trabalho que se inscrevam no âmbito mais restrito da demografia e da história das populações.

No caso português torna-se urgente estudar a relação entre abandono de crianças e ilegitimidade, procurando observar a evolução das respectivas curvas em zonas diferenciadas, em primeiro lugar a nível local, através de estudos micro-analíticos. Numa segunda fase, proceder à comparação entre comportamentos observados em zonas com níveis baixos e altos de percentagens de ilegítimos.

Não existem também estudos de reconstituição de famílias de amas de expostos, que permitiriam relacionar a amamentação de crianças com níveis de fecundidade e intervalos inter-genésicos. Da mesma forma, o estudo de róis de confessados em paróquias com um número elevado de amas de expostos permitiria saber em que tipo ou tipos de grupos co-residentes se integram as crianças abandonadas.

A integração social de ilegítimos e de expostos encontra-se também por estudar, no sentido de apurar as expectativas sociais e económicas destes dois grupos, comparando-os com os grupos socio-profissionais de natureza equiparável. As fontes a utilizar neste caso seriam dados sobre casamento de expostos e ilegítimos existentes em registos paroquiais, contratos notariais de aprendizagem, matrículas de alunos em colégios, listas de clérigos ordenados pelos bispos, etc.

Finalmente, torna-se necessário perspectivar o abandono em Portugal não apenas em termos da sua expressão europeia, mas estendê-lo aos territórios ultramarinos sob administração portuguesa. O estudo da ilegitimidade e assistência aos expostos poderia eventualmente ser esclarecido quando analisado num contexto colonial, em que as circunstâncias da população são substancialmente diferentes das da metrópole (nupcialidade, celibato definitivo, mortalidade infantil, miscigenação, etc...).

E – BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Laurinda Faria dos Santos, 1990, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 77-96.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1986, *Uma comunidade rural do vale do Ave. S. Tiago de Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Moderna na Faculdade de Letras do Porto (policopiada).
- ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e, 1984, 'Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas', *Revista de História*, Porto, I, 147-166.
- ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e, 1987a, 'Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo, no séc. XIX', *Revista de Ciências Históricas*, Porto, II, 261-267.
- ALVIM, Maria Helena Vilas Boas e, 1987b, 'Notas à margem de um livro de termos de grávidas', *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Porto, II, 293-364.
- AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, 1973, *Rebordões e a sua população nos séculos XVII e XVIII (Estudo demográfico)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, 1980, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos.
- AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, 1983-84, 'S. Pedro de Poiães e a sua população de 1561 a 1830', *Brigantia*, III, 3-144, 273-304, 377-418, 531-576; IV, 183-218, 311-333.
- AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, 1987, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 227-273.
- AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt, [1992]. *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico 1680-1980*, s.l., Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho.
- ARAUJO, Maria Marta Lobo de, 1992, *O Pico de Regalados e a sua população 1555-1979*, Braga, tese de mestrado apresentada na Universidade do Minho (policopiada).
- BRETTELL, Caroline, 1986, *Men who migrate, Women who wait*, Princeton, Princeton University Press.
- BRETTELL, Caroline; Kertzer, David I., 1987, 'Advances in Italian and Iberian Family History', *Journal of Family History*, 12, 87-120.
- BRETTELL, Caroline; FEIJÓ, Rui, 1991, 'Foundlings in nineteenth century northwestern Portugal: public welfare and family strategies', *Enfance abandonnée et société en Europe XIVe-XXe siècle. Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, 273-300.
- CARNEIRO, Virgílio de Oliveira, 1972, *A freguesia de Requião do concelho de Vila Nova de Famalicão em meados do século XVII. Ensaio de Demografia Histórica*, Porto, dissertação de licenciatura (policopiada).
- CARVALHO, João Manuel de Almeida Saraiva de, 1974, *A freguesia do Espinhal do concelho de Penela de 1812 a 1862*, Coimbra, dissertação de licenciatura (policopiada).
- CARVALHO, Maria Crisália Marques Machado da Costa, 1971, *A freguesia de S. Martinho de*

- Bougado no século XVIII. Estudo demográfico, Porto, dissertação de licenciatura (policopiada).
- CASCÃO, Rui, 1985, 'Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX', *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Janeiro-Junho, 83-122.
- CORTES, Nuno Osório, 1991, *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).
- CUNHA, Manuela, 1986, *L'abandon d'enfants au Portugal: une vision diachronique de l'évolution des institutions et de la législation suivie d'un étude de cas de la ville de Guimarães*, Paris, Université de Paris IV ('mémoire de D.E.A.', policopiado).
- DUARTE, Maria Celeste dos Santos Duarte de Oliveira, 1974, *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 a 1784*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida, 1987, 'Expostos, Roda e Mulheres: a lógica da ambiguidade médico-higienista', *Pensando a família no Brasil - da colónia à modernidade*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 37-52.
- LOPES, Maria Antónia, 1984, 'Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1869)', *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, tomo XXI, 119-176.
- MARCILIO, M. L., VENANCIO, R. P., 1990, 'Crianças abandonadas e primitivas formas de sua proteção. Séculos XVIII e XIX, Brasil', *17º Congreso Internacional de Ciencias Historicas, Madrid 1990, 26 Agosto-2 Septiembre*.
- MARQUES, Maria Lucília de Sousa Pinheiro, 1974, *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 a 1759*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos.
- MARQUES, Maria Magaly de Menezes, 1973, *A freguesia de Santa Cruz de Coimbra no primeiro quartel do século XVIII*, Coimbra, dissertação de licenciatura (policopiada).
- MATOS, Sebastião, 1983, 'Os expostos da Roda em Esposende', *Boletim Cultural de Esposende*, Esposende, Dezembro, 39-90.
- MESGRAVIS, Laima, 1975, 'A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de S. Paulo: a Roda dos Expostos no século XIX', *Revista de História (Brasil)*, 103, n. 2, 401-423.
- MIRANDA, Fernando António da Silva, 1992, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa, 1567-1989*, Dissertação de Mestrado em História das Populações apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiada).
- MONTENEGRO, Maria Helena Pinto Leite, 1974, *A freguesia de S. Miguel de Bustêlo de 1701 a 1800. Estudo demográfico*, Porto, dissertação de licenciatura (policopiada).
- MORAIS, Maria da Graça de, 1987, 'Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806-1830)', *Almansor*, nº 5, pp. 45-88.
- NEIVA, Manuel Albino Penteado, 1985, 'A administração de Barcelos no século XIX face ao problema dos enjeitados', *Barcellos-Revista*, Barcelos, II, n. 2, 91-99.
- NETO, M. de Lourdes Akola, 1967, *A freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Lisboa, no 1º quartel do século XVIII (Ensaio de Demografia Histórica)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos.

- O'NEILL, Brian Juan, 1984, *Proprietários, lavradores e jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana 1870-1978*, Lisboa, D. Quixote.
- O'NEILL, Brian Juan, 1985, 'Jornaleiras e zorros: dimensões da ilegitimidade numa aldeia transmontana, 1870-1978', in *Les Campagnes Portugaises de 1870 à 1930: image et réalité. Actes du Colloque, Aix-en-Provence, 24 Décembre 1982*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian - Centre Culturel Portugais, 173-214.
- OLIVEIRA, António de, 1976-77, 'A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640', *Biblos*, Universidade de Coimbra, vols. XLVII (1971) e XLVIII (1972), 224-228.
- OSSWALD, Helena, 1990, 'Dowry, norms and household formation: a case study from North Portugal', *Journal of Family History*, 15, n. 2, 201-224.
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1986, *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX. A freguesia de Cedofeita*, Porto, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).
- PEREIRA, José Azevedo, 1968, *A freguesia de S. Cristóvão de Coimbra no século XVIII, 1707-1799*, Coimbra, dissertação de licenciatura (policopiada).
- PINA-CABRAL, João, 1984, 'As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho', *Análise Social*, XX (80), 97-112.
- PINA-CABRAL, João Pina, 1986, *Sons of Adam, Daughters of Eve*, Oxford, Clarendon Press.
- PINHO, Custódio Augusto Crespo Martins de, 1973, *A freguesia de S. Bartolomeu de Coimbra no 2º quartel do século XVIII*, Coimbra, dissertação de licenciatura (policopiada).
- REIS, Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos, 1988, *As crianças expostas em Santarém em meados do Antigo Regime (1691-1701). Elementos sociais e demográficos*, Lisboa, dissertação de mestrado (policopiada).
- RODRIGUES, Carlos Manuel Santos de Assunção, 1970, *A freguesia da Sé de Coimbra no primeiro quartel do século XVIII (Estudo de demografia histórica)*, Coimbra, dissertação de licenciatura (policopiada).
- ROQUE, João Lourenço, *A população da freguesia da Sé de Coimbra (1820-1849): Breve estudo socio-demográfico*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988.
- ROWLAND, Robert, 1981, 'Ancora e Montaria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das companhias de ordenanças', *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, 2-3, 199-242.
- RUSSELL-WOOD, 1968, A. J. R., *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1968.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1985, 'A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)', *Revista da Faculdade de Letras - História*, Porto, 2.a série, II, 161-191.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1987, *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto (policopiada).
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1989a, 'Expostos, história das populações e informática', *Boletim de la Asociacion de demografia historica*, Madrid, A.D.E.H., 7, fasc. 3, 55-64.
- SÁ, Isabel dos Guimarães; CORTES, Nuno Osório, 1989b, 'A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados', comunicação apresentada no congresso *O Porto na*

- Época Contemporânea. Ateneu Comercial do Porto, 9-14 de Outubro (publicado nos *Cadernos do Noroeste*), 5, 1992, 179-190.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1990, 'Foundlings and orphans in North-West Portugal: the case of pre-industrial Braga', comunicação apresentada na *Tenth International Economic History Conference*, Leuven, 20th-24th August, Session C40: 'Charity, the poor and the life-cycle' (publicada nos *Cadernos do Noroeste*, 6, 1993, 95-115).
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1991, 'The Casa da Roda do Porto: reception and restitution of foundlings in the eighteenth century', *Enfance abandonnée et Société en Europe XIVe-XXe siècle, Actes du colloque*, Rome, 30 et 31 Janvier 1987, Rome, École Française de Rome, 539-572.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1992a, *The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: The Case of the Foundling Hospital of Porto*, tese de doutoramento apresentada no Instituto Universitário Europeu, 1992 (policopiada), (tradução portuguesa, Lisboa, Gulbenkian, 1995).
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 1992b, 'Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade tradicional portuguesa através das fontes jurídicas', *Penélope*, n. 8, 75-89.
- SANTOS, Ana Maria Alexandre Fernandes, 1987, *A Demografia de Coruche em finais do século XVIII - Ensaio metodológico*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada na F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa (policopiada).
- SANTOS, Cândido dos, 1978, 'A população do Porto de 1700 a 1820', *Revista de História*, Porto, 1, 281-349.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos, 1979, *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700-1729*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos.
- SANTOS, Maria Manuela da Silva, 1973, *A freguesia de S. Pedro de Roriz no século XVIII. Ensaio de Demografia Histórica*, Porto, dissertação de licenciatura (policopiada).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1980, 'O problema dos expostos na capitania de S. Paulo', *Revista de História Económica e Social*, n. 5, Janeiro-Junho, 95-104.
- SOUSA, Fernando, 1979, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).
- VALENTE, Maria José Curado, 1971, *A freguesia de Santo Ildefonso: 1700-1725*, Porto, dissertação de licenciatura (policopiada).
- VENANCIO, Renato Pinto, 1988, *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*, S.Paulo, tese de mestrado apresentada na FFLCH-Universidade de São Paulo (policopiada).
- VENANCIO, Renato Pinto, 1992, 'Les institutions d'assistance aux enfants abandonnés au Brésil - XVIII et XIXe siècles. Un bilan des sources', *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 19, pp. 9-24.

F - ANEXOS

ANEXO 1

VOLUME ANUAL DE EXPOSTOS EM INSTITUIÇÕES DE ASSISTENCIA (1690-1910)

Observações: O volume de abandono de crianças relativo a Santarém e Setúbal não foi incluído dado que nos trabalhos respectivos essa informação figura exclusivamente sob a forma de gráficos (Reis, 1988; Abreu, 1990: 83)

As fontes utilizadas são hospitalares ou municipais, à excepção de Braga, em que, por falta de registos camarários, se utilizaram os registos de baptismo de expostos da freguesia da Sé, onde os expostos a cargo do município recebiam baptismo.

A frisar ainda que as crianças lactadas, isto é, aquelas que recebiam assistência por intermédio das mães devidamente identificadas, não figuram neste anexo, por não serem consideradas abandonadas. Para mais informação acerca das lactações veja-se Cunha (1987), Sá e Cortes (1989) e Cortes (1991).

Fontes: Braga (Sá, 1990)
Guimarães (Cunha, 1987)
Loulé (Cortes, 1991: 124)
Montemor (Morais, 1987: 51)
Porto (Santos, 1978; Sá e Cortes, 1989)

	Ano	Porto	Braga	Guimarães	Montemor	Loulé
1	1690	94	•	•	•	•
2	1691	94	•	•	•	•
3	1692	75	•	•	•	•
4	1693	105	•	•	•	•
5	1694	112	•	•	•	•
6	1695	120	•	•	•	•
7	1696	118	•	•	•	•
8	1697	126	•	•	•	•
9	1698	137	•	•	•	•
10	1699	138	•	•	•	•
11	1700	105	•	•	•	•
12	1701	189	•	•	•	•
13	1702	158	•	•	•	•
14	1703	188	•	•	•	•
15	1704	171	•	•	•	•
16	1705	183	•	•	•	•
17	1706	197	•	•	•	•

	Ano	Porto	Braga	Guimarães	Montemor	Loulé
18	1707	167	•	•	•	•
19	1708	204	•	•	•	•
20	1704	220	•	•	•	•
21	1710	197	•	•	•	•
22	1711	179	•	•	•	•
23	1712	207	•	•	•	•
24	1713	225	•	•	•	•
25	1714	250	•	•	•	•
26	1715	261	•	•	•	•
27	1716	253	•	•	•	•
28	1717	255	•	•	•	•
29	1718	263	•	•	•	•
30	1719	259	•	•	•	•
31	1720	314	•	•	•	•
32	1721	335	•	•	•	•
33	1722	337	•	•	•	•
34	1723	333	•	•	•	•
35	1724	326	•	•	•	•
36	1725	351	•	•	•	•
37	1726	367	•	•	•	•
38	1727	399	•	•	•	•
39	1728	379	•	•	•	•
40	1729	388	•	•	•	•
41	1730	368	•	•	•	•
42	1731	419	•	•	•	•
43	1732	432	•	•	•	•
44	1733	424	•	•	•	•
45	1734	459	•	•	•	•
46	1735	468	•	•	•	•
47	1736	434	•	•	•	•
48	1737	444	•	•	•	•
49	1738	471	•	•	•	•
50	1739	471	•	•	•	•
51	1740	486	•	•	•	•
52	1741	486	•	•	•	•
53	1742	494	•	•	•	•
54	1743	531	•	•	•	•
55	1744	500	97	•	•	•
56	1745	558	99	42	•	•
57	1746	548	88	57	•	•
58	1747	589	91	52	•	•
59	1748	613	98	48	•	•
60	1749	646	80	51	•	•
61	1750	600	71	73	•	•
62	1751	610	82	59	•	•

	Ano	Porto	Braga	Guimarães	Montemor	Loulé
63	1752	612	110	41	•	•
64	1753	671	93	56	•	•
65	1754	765	84	47	•	•
66	1755	706	102	25	•	•
67	1756	708	100	29	•	•
68	1757	667	112	29	•	•
69	1758	689	113	45	•	•
70	1759	681	101	47	•	•
71	1760	747	122	49	•	•
72	1761	756	120	45	•	•
73	1762	758	132	44	•	•
74	1763	699	138	37	•	•
75	1764	839	144	50	•	•
76	1765	776	134	40	•	•
77	1766	874	129	37	•	•
78	1767	714	125	42	•	•
79	1768	735	118	35	•	•
80	1769	876	113	53	•	•
81	1770	922	97	51	•	•
82	1771	818	139	46	•	•
83	1772	952	120	60	•	•
84	1773	921	99	57	•	•
85	1774	909	105	59	•	•
86	1775	873	108	67	•	•
87	1776	840	122	45	•	•
88	1777	881	150	58	•	•
89	1778	925	157	41	•	•
90	1779	888	131	54	•	•
91	1780	985	141	58	•	•
92	1781	1021	136	62	•	•
93	1782	872	116	61	•	•
94	1783	883	98	56	•	•
95	1784	836	113	93	•	•
96	1785	907	115	71	•	•
97	1786	805	149	76	•	•
98	1787	811	172	79	•	•
99	1788	895	137	99	•	•
100	1789	950	142	102	•	•
101	1790	1044	146	120	•	•
102	1791	1188	134	134	•	•
103	1792	1298	131	91	•	•
104	1793	1438	150	84	•	•
105	1794	1520	118	84	•	•
106	1795	1222	132	116	•	•
107	1796	1116	142	138	•	•

	Ano	Porto	Braga	Guimarães	Montemor	Loulé
108	1797	1140	123	134	•	•
109	1798	1254	133	138	•	•
110	1799	1227	120	119	•	•
111	1800	1195	111	96	•	•
112	1801	1177	135	96	•	•
113	1802	1196	109	125	•	•
114	1803	1407	119	169	•	•
115	1804	1279	154	164	•	•
116	1805	1279	142	139	•	•
117	1806	1368	177	153	33	•
118	1807	1354	182	150	25	•
119	1808	1387	173	166	35	•
120	1809	1344	135	169	36	•
121	1810	1593	214	227	36	•
127	1811	1643	175	220	37	•
123	1812	1646	209	274	37	•
124	1813	1739	219	227	37	•
125	1814	1773	275	249	42	•
126	1815	1712	186	279	43	•
127	1816	1829	232	303	36	•
128	1817	1750	220	293	40	•
129	1818	1818	202	336	42	•
130	1819	1584	197	296	40	•
131	1820	1768	188	268	41	58
132	1821	1780	145	223	42	48
133	1822	1849	129	243	35	68
134	1823	1595	125	246	42	49
135	1824	1813	157	300	39	55
136	1825	1746	148	311	51	57
137	1826	1727	170	289	42	59
138	1827	1773	161	347	37	114
139	1828	1846	187	283	56	69
140	1829	1829	170	325	48	49
141	1830	1878	177	260	55	47
142	1831	1971	153	238	•	44
143	1832	1590	143	239	•	21
144	1833	867	•	224	•	28
145	1834	1478	•	251	•	27
146	1835	1601	•	215	•	57
147	1836	1547	•	193	•	49
148	1837	1530	•	208	•	51
149	1838	1540	•	265	•	51
150	1839	1198	•	249	•	49
151	1840	1432	•	272	•	70
152	1841	1335	•	255	•	53

	Ano	Porto	Braga	Guimarães	Montemor	Loulé
153	1842	889	•	224	•	34
154	1843	948	•	286	•	43
155	1844	1208	•	287	•	46
156	1845	1047	•	99	•	57
157	1846	1197	•	244	•	58
158	1847	1284	•	174	•	39
159	1848	1219	•	234	•	60
160	1849	1280	•	194	•	61
161	1850	1193	76	171	•	56
162	1851	1302	196	133	•	57
163	1852	1273	245	158	•	70
164	1853	1412	185	181	•	79
165	1854	1327	176	218	•	72
166	1855	880	229	229	•	76
167	1856	1021	205	215	•	68
168	1857	1315	240	186	•	61
169	1858	1219	177	195	•	75
170	1859	1023	162	222	•	82
171	1860	1031	179	230	•	94
172	1861	1039	138	196	•	83
173	1862	1119	•	185	•	110
174	1863	944	•	191	•	108
175	1864	1053	106	141	•	85
176	1865	508	122	121	•	67
177	1866	384	171	116	•	79
178	1867	371	157	178	•	56
179	1868	339	164	128	•	72
180	1869	283	167	122	•	80
181	1870	242	159	120	•	69
182	1871	222	148	111	•	55
183	1872	217	93	107	•	•
184	1873	188	94	100	•	84
185	1874	156	87	80	•	61
186	1875	155	70	78	•	78
187	1876	156	•	73	•	74
188	1877	160	•	53	•	89
189	1878	181	•	52	•	105
190	1879	132	•	72	•	87
191	1880	107	•	74	•	67
192	1881	124	•	70	•	79
193	1882	105	•	76	•	53
194	1883	99	•	56	•	30
195	1884	92	•	53	•	45
196	1885	97	•	58	•	46
197	1886	78	•	52	•	65

	Ano	Porto	Braga	Guimarães	Montemor	Loulé
198	1887	52	•	39	•	50
199	1888	•	•	27	•	48
200	1889	•	•	38	•	59
201	1890	•	•	34	•	40
202	1891	•	•	26	•	53
203	1892	•	•	21	•	57
204	1893	•	•	11	•	50
205	1894	•	•	23	•	46
206	1895	•	•	14	•	66
207	1896	•	•	11	•	75
208	1897	•	•	12	•	68
209	1898	•	•	12	•	77
210	1899	•	•	19	•	66
211	1900	•	•	8	•	79
212	1901	•	•	•	•	64
213	1902	•	•	•	•	57
214	1903	•	•	•	•	62
215	1904	•	•	•	•	73
216	1905	•	•	•	•	68
217	1906	•	•	•	•	67
218	1907	•	•	•	•	86
219	1908	•	•	•	•	81
220	1909	•	•	•	•	68
221	1910	•	•	•	•	78

ANEXO 2
PERCENTAGENS DE BAPTISMOS DE ILEGITIMOS
EM 17 FREGUESIAS PORTUGUESAS (1560-1980)

Agrupamento de freguesias por distrito e fontes

BRAGA (Baixo Minho)

Alvito (Miranda, 1992: 136)

Guimarães⁸ (Amorim, 1987: 234)

Pico de Regalados⁹ (Araújo, 1992: 136)

BRAGANÇA (Trás os Montes)

Cardanha (Amorim, 1980: 77)

⁸ Conjunto de paróquias urbanas, rurais e mistas na vila e respectivo termo.

⁹ Quadro apresenta valores médios consoante periodização estabelecida pela autora

Mosteiro	(O'Neill, 1985: 183)
Poiares	(Amorim, 1983: 385)
Rebordãos	(Amorim, 1973: 50 e 52)
COIMBRA (Beira Litoral)	
Sé	(Roque, 1988: 41)
HORTA (Açores)	
Pico ¹⁰	(Amorim, 1992: 161)
LISBOA	
Mercês	(Neto, 1967: 35)
PORTO (Douro Litoral)	
Arrifana de Souza	(Santos, 1979; Marques, 1974; Duarte, 1974)
Cedofeita	(Pereira, 1986: 59)
S. Tiago do Bougado	(Alves, 1986)
SANTARÉM (Ribatejo)	
Coruche	(Santos, A., 1987)
VIANA DO CASTELO (Alto Minho)	
Couto	(Pina-Cabral, 1984: 112)
Lanheses	(Brettell, 1986: 216)
Paço	(Pina-Cabral, 1984: 112)

	Décadas	Lanheses	Paço	Couto	Guimarães	Mosteiro
1	1560	•	•	•	•	•
2	1570	•	•	•	•	•
3	1580	•	•	•	•	•
4	1590	•	•	•	•	•
5	1600	•	•	•	•	•
6	1610	•	•	•	•	•
7	1620	•	•	•	18,4	•
8	1630	•	•	•	19,7	•
9	1640	•	•	•	17,3	•
10	1650	•	•	•	15,9	•
11	1660	•	•	•	17,7	•
12	1670	•	•	•	12,5	•
13	1680	•	•	•	11,3	•
14	1690	•	•	•	10,6	•
15	1700	6,7	•	•	13,6	•
16	1710	11,0	•	•	14,9	•
17	1720	9,8	•	•	13,6	•

¹⁰ Quadro apresenta valores médios para cada cinco décadas, respeitante a um conjunto de freguesias do Sul da ilha.

	Décadas	Lanheses	Paço	Couto	Guimarães	Mosteiro
18	1730	5,8	•	•	15,0	•
19	1740	6,6	•	•	15,1	•
20	1750	10,1	•	•	12,5	•
21	1760	11,5	•	•	12,7	•
22	1770	6,4	•	•	10,8	•
23	178D	12,1	•	•	10,0	•
24	1790	8,9	•	•	7,0	•
25	1800	11,2	•	•	6,4	•
26	1810	7,4	•	•	7,6	•
27	1820	10,4	•	•	•	•
28	1830	10,6	•	•	•	•
29	1840	6,5	•	•	•	•
30	1850	8,7	5,81	•	•	•
31	1860	11,3	11,11	14,29	•	•
32	1870	15,1	9,60	20,25	•	29,2
33	1880	10,1	11,97	20,47	•	35,2
34	1890	13,9	12,55	14,29	•	40,8
35	1900	13,0	8,96	21,14	•	44,1
36	1910	12,9	7,19	22,58	•	46,0
37	1920	9,4	6,50	21,88	•	42,3
38	1930	7,8	9,26	16,60	•	•
39	1940	3,6	9,12	12,37	•	•
40	1950	2,9	6,65	8,92	•	•
41	1960	1,5	2,25	2,44	•	•
42	1970	•	1,82	1,10	•	•
43	1980	•	•	•	•	•

	Décadas	Rebordãos	Poiares	Arrifana	Pico	Cardanha	Sé	Regalados
1	1560	•	2,47	•	•	•	•	15,3
2	1570	•	3,11	•	•	•	•	15,3
3	1580	•	3,86	•	•	3,40	•	15,30
4	1590	•	3,18	•	•	,80	•	15,30
5	1600	•	2,55	•	•	,90	•	20,10
6	1610	1,43	1,28	•	•	1,70	•	20,10
7	1620	1,50	1,89	•	•	4,80	•	20,10
8	1630	2,84	1,09	•	•	1,50	•	20,10
9	1640	1,08	•	•	•	1,10	•	20,10
10	1650	1,73	1,70	•	•	5,10	•	11,60
11	1660	,64	5,17	•	•	0	•	11,60
12	1670	,42	2,56	•	•	1,10	•	11,60
13	1680	1,09	5,16	•	8,50	14,00	•	11,60
14	1690	6,25	7,61	•	3,10	8,90	•	11,60

	Décadas	Rebordãos	Poiares	Arrifana	Pico	Cardanha	Sé	Regalados
15	1700	2,29	6,16	7,66	3,10	6,50	•	9,90
16	1710	4,20	7,26	3,11	3,10	11,30	•	9,90
17	1720	6,71	7,18	7,79	3,10	2,50	•	4,90
18	1730	5,00	3,72	7,79	3,10	8,10	•	9,90
19	1740	4,90	3,21	4,56	3,10	14,10	•	9,90
20	1750	4,83	6,22	3,93	4,00	15,40	•	6,60
21	1760	6,09	8,30	5,79	4,00	12,50	•	6,60
22	1770	12,61	11,30	5,93	4,00	16,90	•	6,60
23	1780	•	9,88	•	4,00	6,00	•	6,60
24	1790	•	9,66	•	5,90	7,00	•	6,60
25	1800	•	9,64	•	5,90	•	•	6,50
26	1810	•	11,59	•	5,90	•	•	6,50
27	1820	•	6,80	•	5,90	•	2,00	6,50
28	1830	•	•	•	5,90	•	2,40	6,50
29	1840	•	•	•	5,90	•	4,00	6,50
30	1850	•	•	•	9,40	•	•	9,20
31	1860	•	•	•	9,40	•	•	9,20
32	1870	•	•	•	9,40	•	•	9,20
33	1880	•	•	•	9,40	•	•	9,20
34	1890	•	•	•	4,90	•	•	9,20
35	1900	•	•	•	4,90	•	•	10,80
36	1910	•	•	•	1,70	•	•	10,80
37	1920	•	•	•	1,70	•	•	10,80
38	1930	•	•	•	1,70	•	•	10,80
39	1940	•	•	•	1,70	•	•	10,80
40	1950	•	•	•	1,70	•	•	5,30
41	1960	•	•	•	1,70	•	•	5,3
42	1970	•	•	•	1,70	•	•	5,3
43	1980	•	•	•	•	•	•	•

	Décadas	Mercês	Coruche	Alvito	Bougado	Cedofeita
1	1560	•	•	•	•	•
2	1570	•	•	•	•	•
3	1580	•	•	5,00	•	•
4	1590	•	•	12,00	•	•
5	1600	•	•	14,00	•	•
6	1610	•	•	10,00	•	•
7	1620	•	•	20,00	•	•
8	1630	•	•	7,00	•	•
4	1640	•	•	4,00	•	•
10	1650	•	•	13,00	2,90	•
11	1660	•	•	2,00	10,10	•
12	1670	•	•	3,00	8,00	•

Abandono de Crianças, Ilegitimidade e Concepções Pré-Nupciais em Portugal

	Décadas	Mercês	Coruche	Alvito	Bougado	Cedofeita
13	1680	•	•			
14	1690	•	•	4,00	3,40	•
15	1700	22,57	•	9,00	6,60	•
16	1710	22,01	•	20,00	5,70	•
17	1720	•	•	20,00	5,00	•
18	1730	•	•	26,00	6,00	•
19	1740	•	•	23,00	10,60	•
20	1750	•	•	21,00	7,30	•
21	1760	•	•	9,00	8,90	•
22	1770	•	•	10,00	6,30	•
23	1780	•	6,01	14,00	4,60	•
24	1790	•	5,40	16,00	6,20	•
25	1800	•	•	5,00	3,30	•
26	1810	•	•	5,00	5,60	•
27	1820	•	•	5,00	7,60	•
28	1830	•	•	16,00	8,70	8,96
29	1840	•	•	15,00	10,90	7,43
30	1850	•	•	14,00	12,20	•
31	1860	•	•	15,00	•	14,69
32	1870	•	•	11,00	•	16,05
33	1880	•	•	25,00	•	•
34	1890	•	•	23,00	•	•
35	1900	•	•	13,00	•	•
36	1910	•	•	14,00	•	•
37	1920	•	•	24,00	•	•
38	1930	•	•	20,00	•	•
39	1940	•	•	20,00	•	•
40	1950	•	•	15,00	•	•
41	1960	•	•	12,00	•	•
42	1970	•	•	5,00	•	•
43	1980	•	•	3,00	•	•
				4,00	•	•